



**ST12. HISTÓRIA LOCAL E MEMÓRIAS PESQUISANDO EM ESCALA E ENSINANDO CONEXÕES**

834

**UMA CRÔNICA DO DESAMPARO: O PAPEL DA “CASA DO MENINO”  
FRENTE AO PROBLEMA DOS MENORES EM CAMPINA GRANDE**

*José dos Santos Costa Júnior<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo analisa os discursos sobre a criança abandonada e delinquente na cidade de Campina Grande - PB em meados do século XX. Em um cenário de amplas transformações no contexto das reformas urbanas entre os anos 30 e 60 a infância foi tema de matérias de jornais, discursos religiosos e ações do governo. As crianças foram pensadas como alvo da ação de controle da sociedade, pois eram vistas como presenças não agradáveis no espaço das ruas, simbolizando pobreza, desamparo e criminalidade. O artigo analisa uma matéria publicada no jornal “Evolução” no ano de 1958, compreendendo esse texto como estando articulado com um conjunto de enunciados que ativaram múltiplos discursos sobre a criança, objetivando controlá-la a partir da ação do Estado ou da sociedade civil. Problematicamos, ainda, a instituição social “Casa do Menino”, que propiciava naquela época o acolhimento das crianças, retirando-as das ruas e oferecendo outras possibilidades de convivência.

**Palavras-chave:** Criança. Campina Grande. Menores. Casa do Menino.

O presente texto tem como objetivo refletir sobre a situação da infância abandonada e carente em Campina Grande, cidade do interior da Paraíba, a partir de uma matéria publicada no jornal *Evolução*, periódico que circulou na cidade a partir de 1958. Visamos produzir uma análise do discurso dessa fonte e, neste sentido, uma precaução metodológica será levada em consideração na construção da nossa abordagem. Esta precaução refere-se ao fato de compreender a matéria do jornal como um produto da cultura, estando ele relacionado a um conjunto de estratégias discursivas e sendo os seus dispositivos articulados a discursos eugenistas, raciais, médicos e políticos que circulavam no país naquele momento histórico. Compreendemos o texto do jornal como tendo sido possível dentro de uma rede discursiva mais ampla, tecida a partir de um conjunto de enunciados que em diferentes espaços puseram em pauta o controle da infância a partir de práticas médicas e assistenciais. Isso nos possibilita

<sup>1</sup> Licenciando em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do Programa de Educação Tutorial de História da UFCG. Desenvolve pesquisa sob a orientação da Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento junto ao PET História UFCG. E-mail: [jose.junior010@gmail.com](mailto:jose.junior010@gmail.com)

pensar esse texto não como um discurso<sup>2</sup> em si, mas como tendo sido fabricado e atravessado por enunciados presentes em um discurso mais amplo que se fez presente em diferentes tipos de atividades e propostas tanto no campo da política quanto na produção do conhecimento médico, por exemplo.

Buscaremos pensar então de que modo o texto do jornal *Evolução* tematiza em nível local um conjunto de preocupações que eram comuns a outros lugares do país naquele momento, bem como de que forma os discursos que circulavam naquela época e nomeavam, tornando real o problema da infância no Brasil, era colocado em termos locais ao ser abordada a infância campinense. Neste sentido, a partir da matéria do jornal uma pergunta orientará nossa reflexão: qual o papel atribuído para a Casa do Menino, enquanto instituição social privada, mas com objetivos de caráter público, que desenvolvia ações que tinham como finalidade contribuir para a redução do problema da infância abandonada em Campina Grande?

A modernidade fabricou lugares, instituiu formas de pensar e sentir, bem como estratégias para a construção do progresso científico e tecnológico no Brasil a partir de diferentes frentes de atuação. Neste sentido, as reformas urbanas de São Paulo, Rio de Janeiro e também Campina Grande, na Paraíba, foram indicativas de um forte investimento no plano político, econômico e social que teve como objetivo construir uma nação espelhada e fortemente inspirada nos modelos franceses e ingleses, por exemplo.

Os discursos que preconizavam o progresso, a civilização e a modernidade começaram a chegar ao Brasil de forma mais incisiva a partir de 1870, como tão bem demonstrou a antropóloga Lilia Moritz Scwarcz (1993) ao tematizar a construção de um pensamento social no Brasil a partir das teorias raciais<sup>3</sup>. Isso demonstra como os ideais de progresso e civilidade se faziam presentes sob diferentes aspectos, pois se no século XIX e principalmente no XX as estratégias de modernização se tornaram cada vez mais fortes e estes discursos constituíram diversos efeitos na sociedade brasileira estes mesmos resultados puderam ser notados em diferentes dimensões. Um exemplo disso é o fato da própria estatura física, composição biológica e formação moral do homem brasileiro serem elementos presentes nos discursos pedagógicos e científicos que buscaram incentivar a formação do novo homem brasileiro a partir de padrões eugenistas.

---

<sup>2</sup> Considero aqui a concepção foucaultiana de discurso, compreendendo-o como conjunto de regras que operam na formação de uma prática discursiva. Esta construção ocorre a partir da ativação de enunciados que de forma articulada tornam possível a fabricação de distintos objetos, sempre considerando o conjunto de regras de funcionamento que permitem que determinados temas e questões sejam abordadas ou não em um determinado momento histórico. Nesta concepção, o discurso não é apenas uma peça oratória, um ato de fala, nem tampouco um texto, mas um conjunto de regras que articula, aprimora, classifica e seleciona os enunciados na produção de sentidos e práticas discursivas específicas. Considerando ainda a concepção de linguagem presente nessa formulação, o discurso não apenas representa objetos exteriores e ele, mas ao nomear institui sentidos, alterando a relação entre significantes e significados. “O discurso constrói os objetos de que fala”. Sobre esse conceito, cf. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>3</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Diferentes dispositivos discursivos, conjuntos de enunciados e estratégias políticas foram construídas e postas em funcionamento para criar uma nova nação, não mais significada e lida sob o signo do atraso, mas sim como uma grande nação economicamente sustentável e social e culturalmente desenvolvida. Para que esses objetivos fossem alcançados os investimentos deveriam ser feitos de forma incisiva e continuada e a partir do governo de Getúlio Vargas, por exemplo, tem-se um forte investimento na formação da nação soberana que poderia dialogar e competir em pé de igualdade com outras potências europeias e mesmo com os Estados Unidos que cada vez mais se fortaleciam no cenário político e econômico internacional, não sendo à toa, por exemplo, a chamada política da boa vizinhança que propiciou a aproximação entre países da América do Sul e os Estados Unidos, com ênfase para a situação do Brasil nessa relação.

O começo do século XX foi marcado por um momento de crise nos Estados, tanto do ponto de vista econômico, tendo em vista a famosa crise da Bolsa de Nova York em 1929, quanto político, pois o país precisava lidar com uma crise política intensa, na medida em que era preciso retomar a confiança de outros países, principalmente da América Latina. Os Estados Unidos elaboraram estratégias políticas importantes para afirmar sua supremacia e lugar de nação promissora e apta à conquista do progresso. Uma dessas estratégias<sup>4</sup> foi a promoção de uma forte propaganda política que tinha como objetivo principal divulgar de maneira positiva a imagem dos Estados Unidos diante dos países da América do Sul, especificamente.

No Brasil o Estado Novo se caracterizava pela ideia do Estado forte, provedor e nesse momento também passou a ser formulado um conjunto de políticas públicas que intencionam atender demandas de grupos populares, especificamente os trabalhadores. Este foi o momento marcado pela construção de políticas públicas de saúde, por exemplo, que serviam a um conjunto de interesses tanto do governo quanto da elite que visava manter saudável e ativa a mão-de-obra que naquele momento era responsável pela produção da riqueza nacional. Sobre as políticas sociais implementadas neste período, Cristina Fonseca (2007) afirma que essas políticas específicas foram produzidas a partir de “conflitos de interesses em torno da distribuição de poder, processos de decisão envolvendo a repartição de custos e benefícios sociais e estabilidade ou instabilidade da ordem social” (FONSECA, 2007, p. 25).

Neste momento, a infância também foi alvo de políticas públicas que tinham como objetivo reduzir a mortalidade infantil, bem como prevenir doenças, cuidando da saúde dos pequenos infantes e educando seus corpos através da subjetivação de valores que poderiam produzir efeitos como a higiene pessoal e familiar, bem como a mudança dos costumes que caracterizariam a condição dos brasileiros enquanto povo com forte herança das tradições africanas, principalmente, tendo em vista que a eugenia entendia a negritude como fator de degenerescência social, cultural e moral.

Naquela época os discursos higienistas e médicos tinham o interesse de operar uma grande reforma na estrutura da sociedade brasileira, a partir da renovação de

---

<sup>4</sup> Sobre a articulação entre política e propaganda através da parceria entre o governo estadunidense e o cineasta Walt Disney, cf. Locastre (2011).

condutas e comportamentos dos sujeitos, fabricando aquilo que Jerry Dávila aponta como o “homem novo” no Brasil. Uma das instituições fundamentais para pôr esses discursos e práticas políticas em funcionamento foi a escola, tendo em vista que a partir de 1932, com o manifesto da Escola Nova os princípios de universalização e gratuidade do ensino passariam a orientar as políticas de educação<sup>5</sup>.

A cidade de Campina Grande seguia os passos orientados pela política nacional que tinha como eixos norteadores os conceitos de progresso e modernização, basicamente. Neste sentido, a historiadora Keila Queiroz e Silva (2000) aponta que entre o fim da década de 1950 e a de 60 esta cidade se caracterizava como a que tinha maior renda na Paraíba. Este aspecto estava diretamente relacionado ao fato de que até o começo da década de 1960 a cidade prosperava “sob o impulso de seu comércio e do setor industrial em expansão” (SILVA, 2000, p. 103). Esse desenvolvimento econômico a partir do comércio do algodão também gerou outros efeitos, como por exemplo, o aumento da população de Campina Grande, principalmente a partir de 1920, tendo em vista que muitas pessoas que habitavam em cidades ou localidades mais afastadas da rota comercial da cidade passaram a ver em Campina uma possibilidade de conquista de trabalho e, assim, melhorar suas condições de vida.

Todavia, após o ano de 1964 foi instituída uma política pelo governo federal que passava a privilegiar as capitais em detrimento das cidades interioranas e por esse motivo Campina Grande perdeu espaço no comércio com Pernambuco, por exemplo, e reduziu o ritmo de seu desenvolvimento econômico que vinha em um movimento crescente através de setores como o comércio. A partir desse momento, com a instalação do Golpe de 1964 e a instalação de um regime ditatorial no Brasil novas orientações políticas foram postas em prática e isso gerou diversos efeitos, também no plano econômico, sendo Campina Grande substituída, em termos de relevância econômica no Estado, para capital João Pessoa.

Mas a modernidade e a modernização não trouxeram apenas glórias e avanços para a sociedade brasileira. A modernidade<sup>6</sup>, como já apontara Marshall Berman (2008) em si é contraditória, fabricadora de elementos que são contrários ao que ela empreende no plano das ideias e propostas de transformação social. A partir de outra leitura, Zygmunt Bauman<sup>7</sup> (1999) nos provoca a pensar a modernidade como fenômeno ambivalente, pois ao mesmo tempo em que produz desenvolvimento tecnológico e científico, por exemplo, também constrói e cria formas de exclusão, segregação e violência.

O discurso científico do século XIX, por exemplo, que chegou ao Brasil a partir de teorias raciais provindas da Europa, tiveram como resultado a explicação e justificação de desigualdades sociais motivadas pelo componente étnico-racial, por exemplo. Historicamente as contradições e ambivalências do discurso moderno se

---

<sup>5</sup> Para uma leitura bastante esclarecedora e estimulante sobre as políticas de educação no Brasil e como elas se adequaram e se articularam com os discursos da eugenia e do higienismo presentes na época, cf. DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945. Tradução: Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p.

<sup>6</sup> Cf. BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>7</sup> Cf. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

constituiu a partir de diferentes aspectos, pois no que diz respeito à infância, por exemplo, o começo do século XX foi marcado pela construção de uma série de políticas públicas que começaram a ser desenhadas pelo Estado brasileiro com base no Código de Menores, legislação criada em 1927 a partir de um conjunto de processos políticos e sociais que vinha se desenvolvendo no Brasil no tocante a este segmento populacional, isto é, as crianças.

A percepção do abandono de crianças, fenômenos presente no Brasil desde o período colonial e que teve como resposta social a criação da chamada roda dos expostos<sup>8</sup> ou dos enjeitados, foi um tipo de questão que perdurou no Brasil por longa data, tendo em vista que esse mecanismo surgiu na Europa e foi trazido para o Brasil no século XVIII e permaneceu até 1948. A pedagoga Paloma Rezende de Oliveira (2008), ao pesquisar as políticas para as infâncias no Brasil do fim do século XIX até meados do XX, destaca a importância que instituições privadas, filantrópicas e beneficentes desempenharam para o atendimento de crianças em situação de exclusão social acentuada. Neste sentido, percebendo que desde o período colonial o poder público eximiu-se muitas vezes de assumir a responsabilidade pelas crianças, ela localiza a importância de instituições religiosas, como a igreja católica, na construção de medidas assistenciais para a infância abandonada.

A década de 1930 foi o momento de emergência da “Questão do Menor”. Com a elaboração do Código de Menores de 1927 estava em pauta neste momento o debate sobre a idade a partir da qual a criança poderia vir a ser punida pelas ações criminosas que viesse a cometer. De acordo com a legislação da época as crianças com idade entre 14 e 18 anos poderiam ser postas em “estabelecimentos especiais” e dos 18 em diante seriam punidas pelos crimes que cometessem. Desse modo, as crianças dos 14 aos 18 anos foram “transformadas em menores” e cada vez mais este público passou a ser alvo de investigações e intervenções de médicos, psicólogos, assistentes sociais, juristas e pedagogos (MARCÍLIO, 2007, p. 84).

A cidade de Campina Grande também buscava lidar, naquele momento, com o problema da infância abandonada e delincente. Entre as décadas de 1930 e 1960 a cidade vivenciou um forte crescimento da economia algodoeira. Nos anos 30 um conjunto de mudanças arquitetônicas alterou a estrutura física da cidade, sendo motivadas pelo aumento da população devido à conjuntura econômica favorável na época. A cidade foi alvo de estratégias de planejamento e embelezamento, principalmente na área central (ARAÚJO, 2010, p. 11).

Nesse período a cidade de Campina Grande recebeu os discursos sobre a infância pobre, abandonada e delincente. O jornal *Evolução*, por exemplo, em uma matéria publicada no ano de 1958, trouxe informações sobre uma instituição privada e filantrópica que tinha como objetivo acolher e educar crianças em situação de pobreza

---

<sup>8</sup> Este foi um mecanismo de apoio às mães que não tinham condições de criar seus filhos e por isso mesmo os entregavam para que a igreja católica os criasse e desse as condições para que eles pudessem sobreviver. Todavia, um grande número de crianças que era entregue na roda faleciam nas instituições de acolhimento organizadas pela igreja. Sobre isso, cf. LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. O óbvio e o contraditório da roda. In. In. DEL PRIORE, Mary. História da criança no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996, pp. 98-111.

e/ou abandono. Esta instituição era a Casa do Menino, uma entidade vinculada à igreja católica que surgiu em Campina Grande no ano de 1955 e, conforme seu estatuto essa instituição esteve, desde a sua fundação, a serviço de “crianças e adolescentes expostas à marginalização social, provindas de famílias desestruturadas e expostas aos perigos da destruição da dignidade da pessoa humana” (Estatuto da Casa do Menino, 2007, p. 01).

Desde o começo do século XX e principalmente a partir do governo Vargas a infância foi tomada como objeto do discurso que pregava a modernização da sociedade brasileira. Uma das estratégias para o alcance desse objetivo foi a atuação sobre os próprios corpos infantis e neste sentido a articulação entre medicina e Estado, por exemplo, foi essencial. Embora desde o século XIX um conjunto de investimentos já vinha sendo realizados no tocante à infância no Brasil, é notável que a partir de 1927, com o Código de Menores, esses investimentos aumentam e as políticas passam a tomar a infância como objeto de suas intervenções.

A historiadora Débora da Silva Sousa (2014), ao pesquisar as práticas de cura e as políticas de saúde para a infância em Campina Grande, destaca que em 1912 a Paraíba foi pioneira ao construir o primeiro Instituto de Proteção e Assistência à Infância no nordeste, seguindo os passos do discurso nacional em prol da saúde e medicalização da infância. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro havia sido criado em 1880, pelo Dr. Carlos Arthur Moncorvo Figueiredo, mas seu funcionamento só se deu efetivamente em 1901. No caso da Paraíba, o responsável pela inserção dessa política em nível local foi o médico paraibano Walfredo Guedes Pereira.

Delinearam-se então muitas formas de assistência à infância desde o começo do século e na Paraíba não foi diferente. O discurso que circulava na época era o de que se fazia necessário cuidar da infância, solucionar o problema do abandono e com isso prevenir o risco da delinquência infantil. A matéria do jornal *Evolução*, objeto de nossa reflexão aqui, traz um apelo à sociedade campinense para que ela pudesse apoiar e fortalecer a iniciativa da Casa do Menino, tendo em vista o tipo de ação que ela visava desenvolver na cidade em prol das crianças.

A matéria é intitulada “A Casa do Menino” e inicia da seguinte forma:

É uma velha mania essa tão peculiar a nós, qual seja levantar um problema, discuti-lo, fazer muito barulho e causar grande celeuma, para afinal deixar tudo na mesma, sem solução. Agora, por exemplo, mais uma vez se faz uma campanha em favor dos menores abandonados. Todos conhecem o mal; todos conhecem as suas consequências; todos apontam seus efeitos; alguns mais avançados vão até suas causas; todavia, ninguém o soluciona; na hora de fazer algo em benefício das pobres crianças, desandam todos e ninguém mais se vê. Espera-se tudo das autoridades. Estas por sua vez esperam umas das outras. Enquanto isso, o que vemos são os menores seminus, esfomeados, barrigudos, verminosos, a vagar pelas ruas, brigando uns com os outros, fumando, embriagando-se, cometendo pequenos furtos e praticando assaltos em miniatura, aperfeiçoando-se desde cedo na “profissão” de marginais que a Sociedade lhes destina e reserva. Até quando seremos obrigados a bater nesta tecla? (EVOLUÇÃO, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958).

A infância abandonada e carente já vinha sendo tema dos discursos em Campina Grande, como pretende enunciar o jornal com tom crítico. Todavia, o fato de tornar a infância objeto dos discursos de políticos e da sociedade em geral não vinha surtindo efeitos na vida social, tendo em vista que a situação de abandono de muitas crianças permanecia sendo percebida na cidade.

Ao afirmar que “mais uma vez se faz uma campanha em favor dos menores abandonados” o jornal remete-se ao fato de que o problema da infância abandonada na cidade não era algo novo, tendo em vista que desde o começo do século e especialmente a partir dos anos de 1930 esse problema passou a ser visto, dito, tematizado e dado a ler de diferentes formas, através de jornais como *A voz da Borborema*, por exemplo, e processos criminais que tinham a infância como objeto de suas descrições e análises<sup>9</sup>.

“Até quando seremos obrigados a bater nesta tecla?”. A política campinense parecia ainda não tomar a infância como uma prioridade, embora paradoxalmente os discursos com intenções modernizadoras já pusessem a criança como um elemento importante na formação da nação, pois somente através da produção de corpos saudáveis, higienizados, medicalizados e fortes é que seria possível a formação de indivíduos enquanto força de trabalho para a construção do país do progresso, da civilização e da modernidade.

Ao mapear as reviravoltas na política campinense entre 1945 e 1964, a historiadora Martha Lúcia Ribeiro Araújo (2000) indica que nas eleições de 1959, mesmo ano em que foi publicada a matéria do jornal *Evolução*, o político Argemiro de Figueiredo (PTB), que já havia sido interventor da Paraíba na década de 1930 e tinha influência política na região, lançou a candidatura de Nilton Rique para prefeito de Campina Grande. Essa candidatura foi possível porque se entendia naquele momento, que pelo fato do candidato ser um banqueiro, ele poderia ter mais capacidade de contribuir para que o projeto de industrialização que vinha sendo implementado nacionalmente pudesse ser efetivado em nível local.

[...] o candidato lançou sua plataforma de governo sob o título de “Revolução da Prosperidade”, em que fazia apologia dos aspectos progressistas do seu programa, propondo mudar, entre outras coisas, os métodos de governo, em que se confundiam as exigências da administração com interesses pessoais, a legislação tributária com o objetivo de fornecer isenções que facilitassem o processo de industrialização. Ao mesmo tempo, procuraria estabelecer convênios com empresas do Sul do país. Em decorrência, novos empregos seriam criados e a miséria diminuiria (ARAÚJO, 2000. p. 91).

Seria o discurso do jornal, conforme o fragmento citado anteriormente, uma resistência ao novo programa político que se desenhava na época? Ao dizer que muito já vinha sendo discutido e proposto em relação à situação da infância na cidade, mas que efetivamente pouca coisa vinha sendo feita, o jornal parece descrever de promessas do

---

<sup>9</sup> Para um trabalho que tematiza a questão da infância a partir dos processos criminais, cf. SILVA, Rômulo Henrique Andrade. Uma micro-história da menoridade de Campina Grande (1927-1932). 133 fls. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2012.

poder político oficial, fazendo perceber que a infância ainda não era uma prioridade nas políticas públicas.

Posteriormente, na mesma matéria, o autor do texto tematiza a Casa do Menino como sendo uma instituição privada que vinha assumindo o papel de cuidar e educar crianças em situação de vulnerabilidade social na cidade. Após a pergunta angustiada “até quando seremos obrigados a bater nesta tecla?” o texto apresenta uma experiência que parece ser positiva em um cenário um tanto quanto desolador para a questão em análise.

Talvez haja demasiada falta de vergonha. Sabemos que todos os Deputados Federais (para falar apenas nestes), dispõem, cada um, da bagatela de Cr\$ 1. 000.000,00 anualmente para distribuir a seu belíssimo prazer. Onde vai para êsse dinheiro? A verdade é que se criam sociedades “científicas”, filantrópicas, “beneficentes” cuja única finalidade é receber essas verbas. Aqui temos, porém, uma instituição verdadeiramente benéfica: A CASA DO MENINO. Sabem os beneficentes, porventura, o que se passa com ela? Pois vamos narrar em rápidas linhas (EVOLUÇÃO, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958).

Que o poder público no Brasil só passou a tomar a infância como objeto de suas políticas a partir do começo do século XX, alguns autores<sup>10</sup> já comentaram e perceberam essa situação. Todavia, o que a matéria também permite pensar é como a sociedade se organizou a partir de instituições privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos com o objetivo de sanar, ou contribuir para a resolução da questão da assistência à infância no Brasil. A crítica recai no fato de que essas instituições teriam como objetivo arrecadar recursos públicos para resolver um problema que elas não solucionavam.

No caso de Campina Grande, especificamente, na mesma época em que essa matéria circulou estava sendo criado o Lar do Garoto, através da iniciativa de um padre chamado Otávio dos Santos. A instituição também tinha como objetivo acolher crianças em situação de vulnerabilidade social e também aquelas cujos pais e mães trabalhavam o dia inteiro e precisavam de apoio para alimentação e educação.

Com a intenção de dar visibilidade à situação financeira em que se encontrava a Casa do Menino, o texto enuncia que essa instituição tinha

[...] capacidade para abrigar 100 meninos. E’ uma insignificância, não há dúvida. Pois bem, atualmente acolhe ela não mais que 53 desamparados. Pasmem leitores! Apenas 53 crianças, quando podia êsse número atingir a uma centena, que nada significa diante de milhares de necessitados EVOLUÇÃO, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958.

É possível perceber através da expressão “Pasmem leitores!” que o autor da matéria tinha como efeito de sentido desejado para seus interlocutores que eles se sentissem assustados, espantados com a situação da infância na cidade e,

<sup>10</sup> Cf. FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. Ver também. DEL PRIORE, Mary. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996.



consequentemente, com a condição em que se encontrava a instituição que, na ótica do autor do texto, era a única que buscava com afincado mudar a vida das crianças no município, naquela época.

As religiosas encarregadas da CASA DO MENINO gastam só com alimentação desses hóspedes a importância de Cr\$ 30.000,00 mensais. Lembrem-se de que dissemos só com ALIMENTAÇÃO. Para fazer face a uma despesa dessa ordem, contam elas com a seguinte receita: contribuição mensal de particulares Cr\$ 5.000,00; contribuição mensal da Prefeitura Cr\$ 5.000,00. Total mensal de Cr\$ 10.000,00! Note-se ainda que da doação municipal deve ser descontada a taxa de luz, no valor de mais de Cr\$ 2.000,00, pagamento esse que podia muito bem ser dispensado. Fica então uma receita líquida de de 7 a 8 mil cruzeiros para uma despesa bruta de mais de 40 mil (EVOLUÇÃO, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958).

Assim como desde o século XVIII as religiosas da igreja católica recebiam, através do mecanismo da roda dos expostos, as crianças abandonadas por suas famílias, também no século XX a igreja continuava a atuar com o objetivo de acolher e educar crianças em situação de pobreza e com risco de desenvolverem a delinquência. O prefeito da cidade no ano de 1959 era Elpídio de Almeida e a crítica presente no texto do jornal endereça-se ao governo, na medida em que afirma que apesar da situação de dificuldade financeira da Casa do Menino, ela ainda precisa pagar mensalmente uma quantia referente ao uso da luz elétrica que poderia ser usada para outros fins, tendo em vista sua utilidade social e as necessidades institucionais que tinha que assumir para continuar seu trabalho.

Elpídio de Almeida já havia sido eleito prefeito de Campina Grande com o processo de redemocratização do país, após o Estado Novo (1937-1945) exercendo o cargo entre 1947 até 1950. No ano seguinte foi eleito deputado federal com cerca de 17.283 votos, sendo o segundo mais votado para este cargo. No ano de 1954 voltou a ser eleito prefeito da cidade de Campina Grande, tendo-se mantido no cargo até 1959<sup>11</sup>.

Diante da situação de dificuldade da instituição, o jornal informa que “até hoje a Casa do Menino tem sobrevivido graças ao saldo de 700 mil cruzeiros deixado em 1956 pelo então Pe. Mariano. Mas esse dinheiro não tarda em se acabar. Que se há de fazer quando tal se der?”. Neste sentido, havia o risco da instituição fechar suas portas e com isso quem mais sofreria seriam as crianças, como é possível compreender a partir do apelo presente no periódico.

A própria estrutura gramatical do texto, como destacamos anteriormente, indica que há um elogio para a instituição percebendo em um momento de crise tanto institucional quanto político na cidade, tendo em vista que parece haver o esgotamento das esperanças de que a situação mudasse a partir da ação do poder público. Embora lance mão de um conjunto de palavras e afirmações para convencer a população do que estava acontecendo, o jornal dizia também que era preciso falar menos e fazer mais,

---

<sup>11</sup> Estas informações estão disponíveis no site Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/11/elpidio-de-almeida.html#.U9rmCeNdUpU>. Acesso em 31 de jul. 2014.

tendo em vista que as longas discussões que já vinham de longa data ainda não tinham transformado a vida das crianças da cidade.

Agora que volta à baila o problema dos menores abandonados sugerimos que, em vez de se criarem outras, amplie-se a atual Casa do Menino e dêem recursos suficientes para abrigar um número bem maior de crianças. Mas crianças realmente necessitadas e não aquelas levadas pelos pais, que podem comprar um enxoval, como acontece presentemente (EVOLUÇÃO, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958).

No momento em que um antigo problema voltava a ser dito, nomeado, instituído como questão social, isto é, a situação dos menores abandonados e delinquentes da cidade, o jornal encerra este texto reforçando o apelo de que fosse dada alguma ajuda à Casa do Menino, tendo em vista que sua função era reduzir um problema que o poder público ainda não havia tomado como prioridade, construindo medidas efetivas, segundo o jornal *Evolução*, para que este problema fosse solucionado e as vidas das muitas crianças que o jornal diz habitar as ruas pudessem ser transformadas e com isso novos sujeitos pudessem habitar com mais dignidade a cidade que se propagandeava sob o signo do progresso.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **A Ciranda da Política Campinense**. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Imagens multifacetadas da história de Campina Grande*. Campina Grande, Secretaria de Educação, 2000, pp. 79-100.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)**. 138 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. Tradução: Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

Estatuto da Casa do Menino, 2007.

EVOLUÇÃO, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **O óbvio e o contraditório da roda.** In. In. DEL PRIORE, Mary. História da criança no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996, pp. 98-111.

LOCASTRE, Aline Vanessa. **Alô América do Sul! - estereótipos sul americanos na propaganda de guerra estadunidense.** Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Aline%20Vanessa%20Locastre.pdf>, acesso em 29 de jan. 2014.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. **Vinde a mim os pequeninos: políticas de educação e assistência às infâncias.** Juiz de Fora: Funalfa, 2012.

**Retalhos Históricos de Campina Grande.** Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/11/elpidio-de-almeida.html#.U9rmCeNdUpU>. Acesso em 31 de jul. 2014.

SILVA, Rômulo Henrique Andrade. **Uma micro-história da menoridade de Campina Grande (1927-1932).** 133 fls. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2012.

SOUSA, Débora da Silva. **“O berço dos infantes desamparados”: o hospital-escola Fundação Assistencial da Paraíba – FAP (1959-1979).** 189 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.